



Criminalização da Cacica Yuna Miriam Tembé Nunes e escalada da violência contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos no Vale do Acará (PA)

A Cacica **Miriam Tembé Nunes (Yuna Miriam Tembé)**, liderança do povo Tembé Tenetehar e do Território Indígena I'ixing, no Vale do Acará (Pará), tornou-se um dos principais símbolos da resistência indígena contra a expansão da monocultura do dendê na Amazônia Oriental.

Após anos denunciando invasões territoriais, ameaças de morte, atuação de grupos armados, violência contra comunidades tradicionais e violações de direitos humanos, a liderança passou a enfrentar sucessivos processos de criminalização, prisões, restrições judiciais e perseguições institucionais.

Em setembro de 2026, seu nome voltou a figurar entre os destinatários de medidas cautelares impostas pela Justiça do Pará, incluindo monitoramento eletrônico por tornozeleira, mesmo diante de declarações públicas e testemunhos que indicam que ela não participou dos fatos investigados.

O caso é apontado por organizações indígenas e defensores de direitos humanos como parte de um processo mais amplo de criminalização de lideranças que atuam na defesa de territórios tradicionais no Vale do Acará.

QUEM É YUNA MIRIAM TAMBÉ NUNES

Yuna Miriam Tembé Nunes, é Cacica Geral do Território Indígena I'ixing e presidente da Associação Indígena Tembé do Vale do Acará (AITVA).

Sua atuação está voltada para:

- Defesa territorial;
- Proteção dos direitos indígenas;
- Denúncia de invasões e grilagem;
- Defesa ambiental;
- Proteção de mulheres, crianças e jovens indígenas;
- Fortalecimento da autonomia comunitária.



Nos últimos anos, tornou-se uma das principais vozes contra os impactos da expansão da monocultura do dendê sobre os territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos da região.

O CONTEXTO: A expansão da dendeicultura no Vale do Acará, invasões, contaminação e perseguições contra lideranças indígena, ribeirinhas e quilombolas

O Vale do Acará, no nordeste do Pará, concentra uma das maiores áreas de plantio e produção de óleo de palma do Brasil.

Desde os anos 2000, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas denunciam:

- Apropriação de territórios tradicionais;
- Desmatamento;
- Contaminação ambiental;
- Violência fundiária;
- Atuação de segurança privada armada;
- Ameaças contra lideranças comunitárias.

Nos territórios Tembé, como é o caso do Território Indígena I'ixing, as disputas se intensificaram após processos de invasões de áreas tradicionalmente ocupadas e posteriormente convertidas em plantações de dendê.

HISTÓRICO DE AMEAÇAS E VIOLÊNCIAS

Desde 2023, Miriam Tembé vem denunciando:

- Invasões ao Território Indígena I'ixing;
- Ameaças de morte;
- Presença de homens armados (milicianos e pistoleiros);
- Tentativas de intimidação contra lideranças;
- Riscos permanentes à segurança das famílias aldeadas em seu território.

Diversas denúncias foram encaminhadas ao:

- Ministério Público Federal (MPF);
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI);



-
- Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH);
 - Órgãos estaduais de segurança pública.
 - Polícia Federal;
 - Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH);
 - Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH);

Apesar disso, a comunidade afirma não ter recebido proteção compatível com o grau de risco enfrentado.

A PRISÃO DE 2024

Em janeiro de 2024, Miriam Tembé foi presa preventivamente.

O episódio ocorreu em meio a um cenário de forte conflito territorial envolvendo interesses econômicos incidentes sobre a região.

A prisão gerou ampla repercussão entre:

- Organizações indígenas;
- Entidades de direitos humanos;
- Pesquisadores;
- Organizações da sociedade civil.

Após sua prisão, Miriam foi impedida de retornar ao território e de exercer funções relacionadas ao cacicado.

Posteriormente, o Ministério Público Federal questionou judicialmente as medidas impostas à liderança, sustentando que havia violação de direitos coletivos indígenas e interferência indevida na organização social do povo Tembé. As restrições acabaram sendo revertidas.

O CASO DAS TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS

Em setembro de 2026, a Justiça do Pará indeferiu pedido de prisão preventiva contra lideranças indígenas dos territórios Turiwara e I'ixing, mas impôs medidas cautelares consideradas severas.

Entre elas:

- Uso obrigatório de tornozeleira eletrônica;
- Proibição de contato com funcionários da empresa STIVE Segurança & Vigilância;
- Distanciamento mínimo de 500 metros;



-
- Restrições de deslocamento.

A decisão atingiu quatro lideranças indígenas, entre elas Miriam Tembé.

O PRINCIPAL PONTO DE CONTROVÉRSIA

A principal controvérsia do caso é que Miriam Tembé afirma não ter participado dos fatos investigados.

Segundo a liderança, ela se encontrava no Território I'ixing desenvolvendo atividades comunitárias quando ocorreu o episódio que deu origem à investigação.

A versão é corroborada pelo pesquisador **Elielson Silva**, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que acompanhou os acontecimentos.

Segundo ele:

"Sublinhe-se que a cacica Miriam Tembé, tampouco indígenas do território I'ixing, estiveram presentes nesse evento específico. Portanto, a acusação da empresa Stive Segurança Ltda não possui o menor cabimento e coerência factual". Disse o pesquisador em reportagem publicada em 18 de setembro em [O Varadouro](#).

A declaração tornou-se um dos principais elementos citados por organizações que questionam a inclusão da liderança entre os alvos das medidas cautelares.

DENÚNCIAS DE CRIMINALIZAÇÃO

Entidades indígenas e organizações de direitos humanos afirmam que o caso apresenta características de criminalização de defensores de direitos humanos.

Entre os elementos apontados estão:

- Prisão anterior posteriormente contestada pelo MPF;
- Inclusão em investigações relacionadas a fatos cuja participação é contestada;
- Restrições ao exercício da liderança;
- Contexto de ameaças prévias contra a comunidade;
- Histórico de denúncias sem respostas efetivas do Estado.

DENÚNCIAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA E AGENTES PÚBLICOS



A reportagem do jornal *O Varadouro* também reúne denúncias de lideranças locais sobre:

- Presença de vigilantes armados em territórios indígenas;
- Utilização de drones para monitoramento das comunidades;
- Suposta participação de agentes públicos em atividades privadas relacionadas aos conflitos fundiários.

As alegações ainda demandam apuração pelos órgãos competentes.

O QUE ESTÁ EM JOGO

O caso ultrapassa a situação individual da Cacica Miriam Tembé.

A discussão envolve:

- Proteção de defensores de direitos humanos;
- Direitos territoriais indígenas;
- Conflitos fundiários na Amazônia;
- Expansão da monocultura do dendê;
- Segurança de lideranças tradicionais;
- Garantias constitucionais dos povos indígenas.

PRINCIPAIS DEMANDAS DAS COMUNIDADES

As lideranças indígenas, quilombolas e ribeirinhas do Vale do Acará reivindicam:

1. Proteção efetiva às lideranças ameaçadas;
2. Investigação independente das denúncias de violência;
3. Apuração de eventuais abusos cometidos por agentes públicos ou privados;
4. Garantia do direito à defesa territorial;
5. Respeito à autonomia dos povos indígenas;
6. Acompanhamento dos casos por órgãos nacionais e internacionais de direitos humanos.

CONTATOS PARA IMPRENSA

AITVA – Associação Indígena Tembé do Vale do Acará
Território Indígena I'ixing – Vale do Acará (PA)



Porta-voz: Cacica Miriam Tembê Nunes (Yuna Miriam Tembê)

Assessoria de Imprensa: (91) 987226317